

# DOM WALDYR CALHEIROS DE NOVAES: BISPO DEFENSOR DOS DIREITOS HUMANOS NO SUL FLUMINENSE (1966-1985) DOM WALDYR CALHEIROS DE NOVAES: BISHOP AND DEFENDER OF HUMAN RIGHTS IN SOUTHERN FLUMINENSE (1966-1985)

Allan Farineli Tuller	Centro Universitário Geraldo Di Biase (UGB) e-mail allanfarineli@gmail.com
Vinicius da Silva Oliveira	Centro Universitário Geraldo Di Biase (UGB) e-mail vinicius.silvaa@yahoo.com
Paulo Célio Soares	Centro Universitário Geraldo Di Biase (UGB) e-mail paulocelio@ugb.edu.br
<b>Resumo</b>	Neste artigo analisamos a figura política de Dom Waldyr Calheiros, discutindo sua importante atuação na defesa dos direitos humanos no período da ditadura militar (1966-1985), que deixou marcas profundas em nosso país. No cenário específico de Volta Redonda, avistamos uma realidade complexa e peculiar, pois essa cidade, inserida na história industrial do país, foi palco de resistência e de enfrentamento direto contra as imposições autoritárias do regime militar. Aqui, a repressão política, as violações dos direitos humanos e a busca por justiça ganharam aspectos distintos, moldando a experiência dos movimentos sociais e sindicais locais. Ao entrarmos na complexidade desta cidade, permeada por uma história industrial e de resistência, é fundamental contextualizar a atuação de Dom Waldyr, marcada pela defesa dos direitos humanos e da dignidade da pessoa humana. Em nossa metodologia de pesquisa utilizamos fontes primárias e secundárias, que incluem pesquisas bibliográficas, arquivos da CMV-VR e da Cúria Diocesana, além de História oral, com entrevistas com pessoas que vivenciaram esse período.
<b>Palavras-chave</b>	Ditadura militar. Movimentos sociais. Resistência. Volta Redonda.
<b>Abstract</b>	In this article we analyze the political figure of Dom Waldyr Calheiros, discussing his important role in defending human rights during the period of the military dictatorship (1966-1985), which left profound marks on our country. In the specific scenario of Volta Redonda, we see a complex and peculiar reality, as this city, inserted in the country's industrial history, was the scene of resistance and direct confrontation against the authoritarian impositions of the military regime. Here, political repression, human rights violations and the search for justice took on distinct aspects, shaping the experience of local social and trade union movements. As we enter the complexity of this city, permeated by an industrial and resistance history, it is essential to contextualize Dom Waldyr's actions, marked by the defense of human rights and the dignity of the human person. In our research methodology we use primary and secondary sources, which include bibliographical research, CMV-VR and Diocesan Curia archives, as well as oral history, with interviews with people who experienced this period.
<b>Keywords</b>	Military dictatorship. Social movements. Resistance. Volta Redonda.
	Licença de Atribuição BY do Creative Commons <a href="https://creativecommons.org/licenses/by/4">https://creativecommons.org/licenses/by/4</a>
	Aprovado em 21/07/2025 Publicado em 30/08/2028

## 1. INTRODUÇÃO

A ditadura militar, que se estendeu no Brasil de 1964 a 1985, deixou marcas profundas em nosso país. No cenário específico de Volta Redonda, avistamos uma realidade complexa e peculiar, pois essa cidade, inserida na história industrial do país, foi palco de resistência e de enfrentamento direto contra as imposições autoritárias do regime militar. Aqui, a repressão política, as violações dos direitos humanos e a busca por justiça ganharam aspectos distintos, moldando a experiência dos movimentos sociais e sindicais locais.

Ao entrarmos na complexidade desta cidade, permeada por uma história industrial e de resistência, é fundamental contextualizar a atuação de Dom Waldyr. Suas palavras, ao chegar em Volta Redonda, soam como um chamado à consciência social: "A Igreja não pode se ausentar onde o bem-estar dos homens, onde os direitos inalienáveis da dignidade da pessoa humana estiverem em jogo e exigirem sua presença<sup>1</sup>". Essa afirmação soa como um compromisso inabalável com a defesa dos direitos humanos em um contexto de opressão.

A Comissão Municipal da Verdade Dom Waldyr Calheiros – Volta Redonda (CMV-VR), instituída em 2013, desempenhou um importante papel na pesquisa sobre a ditadura militar em nossa região. Ao investigar violações de direitos humanos ocorridas nesse período, a CMV-VR contribuiu para a reconstrução da memória histórica e para a promoção da justiça. Suas investigações destacaram a constante violação desses direitos, reforçando a importância de abordagens críticas, como a que esta pesquisa se propõe.

Ao confrontar esses elementos, a atuação de Dom Waldyr ganha ainda mais relevância. Sua resistência não se limitou a uma posição passiva, ao contrário, ele se tornou uma voz ativa na defesa dos direitos humanos, desafiando as injustiças e a opressão. Ao explorarmos como sua presença foi significativa no contexto específico de Volta Redonda, podemos compreender a sua influência política e sua contribuição para a resistência à ditadura. Ao olharmos para o passado, encontramos inspiração e ensinamentos para os desafios atuais.

No mundo contemporâneo, a discussão e a promoção dos direitos humanos têm uma grande importância. Vivemos em um período marcado por desafios globais que vão desde crises humanitárias, desigualdades sociais e discriminação. Diante dessas adversidades, a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, revela um conjunto de preceitos fundamentais que todo ser humano tem direito, que guiam a convivência, a justiça e a dignidade. O debate dos direitos humanos é crucial para a nossa compreensão dos problemas atuais e para a busca de soluções eficientes.

---

<sup>1</sup> Arquivo da Diocese de Barra do Pirai – Volta Redonda Livro de Tombo nº2, p 99.

Dom Waldyr Calheiros, bispo da Diocese de Volta Redonda-Barra do Piraí, desempenhou um papel essencial na defesa dos direitos humanos, viabilizando refúgio a perseguidos políticos, denunciando abusos e proporcionando a justiça social em um contexto adverso. Analisar sua atuação contribuirá para nossa compreensão das lutas por direitos humanos em um cenário repressivo e inspirará a reflexão sobre o valor da resistência e da dedicação à dignidade humana, mesmo nas circunstâncias mais desafiadoras. Este artigo também destaca a importância de resgatar e preservar a memória histórica desses atos de coragem, uma vez que ele desempenha um papel vital na construção de uma sociedade consciente e comprometida com os valores fundamentais dos direitos humanos.

Essa pesquisa tem como recorte temporal o período de 1964 a até 1985, período mais intenso da repressão política, com recorte espacial na região sul fluminense, em especial, na cidade de Volta Redonda.

O objetivo geral deste estudo é analisar a atuação de Dom Waldyr Calheiros nas lutas pela defesa dos direitos humanos no período recortado pela pesquisa, tendo como objetivos específicos o de identificar violações dos direitos humanos que ocorreram em Volta Redonda nesse período, bem como analisar os mecanismos de resistência adotado pela sociedade civil, com ênfase nas atividades e movimentos organizados.

## **2. A FORMAÇÃO DO BISPO, DOM WALDYR CALHEIROS DE NOVAES.**

Waldyr Calheiros Novaes, nascido em 29 de julho de 1923, no interior de Alagoas, no município de Murici, região nordeste do Brasil, foi criado em uma família composta por seu pai, Modesto Correia de Novais, sua mãe, Maria Calheiros de Novais, e seus seis irmãos. A família Novais, embora identificada nominalmente como católica, não seguia estritamente os preceitos da fé. Waldyr viveu nesse ambiente até os 13 anos de idade.

Segundo Costa (2001) devido às origens modestas de sua família, os pais de Waldyr não tiveram acesso a uma educação formal extensa, tendo concluído apenas o curso primário. Os irmãos de Waldyr, com grande esforço, frequentaram o ginásio em Maceió, em uma instituição privada. Waldyr, por sua vez, não conseguiu ingressar no ginásio público. Surgiu então a oportunidade de estudar no Seminário em Maceió, motivada pelo desejo de sua mãe de ter um filho padre.

O ingresso no seminário ocorreu em julho de 1937, sendo a batina recebida em 16 de julho. O ambiente do seminário era caracterizado por uma orientação conservadora, que se mostrava fechada a influências externas e se restringia aos ensinamentos da Igreja, sem estabelecer um diálogo crítico com o mundo moderno. Costa destaca “Não havia orientação que nos levasse a entender a conjuntura política. Desconhecíamos as causas. Predominava uma certa indiferença com os acontecimentos” (Costa, 2001, p. 27).

Dentro do contexto do seminário, observou-se uma imersão significativa na filosofia cristã, caracterizada por uma abordagem mais teológica, influenciada por figuras como São Tomás de Aquino, que serviu como referencial central para a compreensão da teologia até o período do Concílio Vaticano II. Paralelamente, houve uma incursão na literatura, com foco temático na religião, embora isso não tenha impedido o contato com pensadores modernos, como Marx e Engels, cujas propostas foram objeto de diálogo e análise crítica.

Em 1944, aos 21 anos, Waldyr Calheiros transferiu-se para o Rio de Janeiro com o objetivo de concluir sua formação teológica, decisão que, segundo Mangea (2017), foi orientada por fatores conjunturais e pessoais. A influência de seu colega de seminário, Abaeté Cordeiro, aliado à presença de familiares na capital e ao apoio institucional do cônego Aurelio Henrique, foram elementos determinantes para sua escolha. Inserido no Seminário São José, Waldyr vivenciou uma rotina disciplinada e marcada pela intensa formação espiritual e intelectual, sob a orientação de professores formados na Universidade Gregoriana, em Roma (COSTA, 2001).

Após quatro anos de estudos, foi ordenado sacerdote em 1948 e, posteriormente, integrou o corpo formador do seminário como instrutor, diretor espiritual e, mais tarde, vice-reitor. Em 1957, assumiu a paróquia de São Francisco Xavier, por designação do Cardeal Dom Jaime de Barros Câmara, consolidando-se como referência pastoral no contexto urbano carioca (MANGEA, 2017).

## 2.1. De padre a Bispo

No momento em que Padre Waldyr assumiu o encargo pastoral da Paróquia de São Francisco Xavier, segundo Mangea (2017), ele empreendeu uma atividade pastoral vigorosa, complementada por uma ampliação significativa das iniciativas sociais direcionadas aos residentes da área paroquial. Este empreendimento pastoral foi concebido e executado dentro do contexto metodológico da Ação Católica<sup>2</sup>, refletindo assim na concretização de suas práticas pastorais.

Após sete anos de serviço à Paróquia de São Francisco Xavier, o Padre Waldyr foi convidado a assumir o cargo de Bispo Auxiliar no Rio de Janeiro. A ordenação de Padre Waldyr como Bispo auxiliar ocorreu em um dia altamente significativo, o 1º de maio, Dia do Trabalhador. A escolha dessa data e da Igreja de São José como local da cerimônia foi feita de forma intencional, em virtude do profundo carinho do Padre Waldyr pelos trabalhadores e suas causas, uma relação que se estabeleceu durante seu período como pároco. Esta informação é corroborada por Costa (2001).

---

2A Ação Católica foi criada em 1935 por D. Sebastião Leme da Silveira Cintra, atendendo às solicitações do Papa Pio XI. Ela se transformou num importante instrumento de evangelização e de assistência social na zona rural e nas periferias das grandes cidades brasileiras. Ela visava combater o ateísmo social e o crescimento de outras religiões, principalmente o protestantismo, que seria o responsável pela queda do número de católicos no país. Para fazer frente a essa situação e fortalecer o poder do catolicismo, além de buscar construir uma igreja de unidade e não necessariamente de uniformidade. (Mangea, 2017, p. 66 e 68).

“Eu sempre tive muita simpatia por São José Operário(...) Tinha vivido sempre ligado aos operários, conhecendo suas lutas através do trabalho com a juventude operária católica e do contato com os moradores da favela, ainda em meu tempo de sacerdote. Eu quis, então me consagrar no dia de São José Operário. Isso é, a data escolhida foi proposital.” (apud MANGEA, 2017, p. 45).

## 2.2. Igreja povo de Deus

O período de construção do Concílio Vaticano II<sup>3</sup> marca uma época de transformações significativas nos rumos da Igreja Católica em escala global. Este evento ecumênico representa um ponto de inflexão crucial, caracterizado por uma profunda reconfiguração da visão e missão da Igreja no mundo contemporâneo.

No contexto do século XX, o Concílio Vaticano II emergiu como o principal e mais significativo evento na história da Igreja Católica. De acordo com Faria (2008) este evento foi caracterizado por uma mudança substancial na postura da Igreja, que anteriormente se concentrava predominantemente em si mesma, envolvida em atividades assistencialistas. No entanto, com o advento do Concílio, houve uma alteração de paradigma, marcada por uma renovação que se manifestou através de uma abordagem mais dinâmica e proativa da ação católica. Isso inclui não apenas mudanças litúrgicas, mas também uma reorientação em direção a paróquias com um foco mais missionário e voltado para o serviço à comunidade.

O bispo Dom Waldyr participou da 3ª e 4ª Sessão do Concílio e ressaltou a importância desse evento em sua atuação episcopal: “Eu vivi todo esse momento que estava apontando para renovações. Como se diz popularmente, preguei uma grande onda, mergulhei e, ao emergir, procurei navegar nas águas do Concílio Vaticano II” (apud Costa, 2001, p. 54).

## 3. VOLTA REDONDA, A CONSTRUÇÃO DE UMA CIDADE OPERÁRIA. (1864-1966)

O povoado de Santo Antônio de Volta Redonda teve seu surgimento durante o período imperial brasileiro, mais precisamente em 1864, coincidindo com a inauguração do trecho ferroviário da Estrada de Ferro D. Pedro II até Piraí. Esse evento foi um marco significativo, pois trouxe dinamismo à região e facilitou o escoamento da produção cafeeira local. Anteriormente, o transporte do café era realizado principalmente por barcos que navegavam pelo Rio Paraíba do Sul, conectando as cidades de Barra Mansa e Resende a Piraí, onde então seguia-se por trem até a capital. As primeiras construções do distrito de Santo Antônio de Volta Redonda, na época ainda um distrito de Barra Mansa, consistiam principalmente em edificações destinadas ao abrigo de tropas, que serviram como

3 O Concílio Ecumênico Vaticano II foi convocado pelo papa João XXIII e realizado em quatro sessões, entre 1962 e 1965, e terminou sob a liderança do Papa Paulo VI (1963-1978), marcando uma mudança na maneira da Igreja se apresentar ao mundo, redefinindo-se como “povo de Deus a serviço do mundo”. (SOARES, 2019, p. 54).

ponto de partida para o estabelecimento de um povoado mais estruturado. Este povoado inicial compreendia uma igreja, uma cadeia, estabelecimentos comerciais e algumas residências. Couto (2016).

Segundo Bedê (2004), o 8º distrito de Barra Mansa, que posteriormente se tornou Volta Redonda, foi escolhido para sediar a futura Usina de Aço da Companhia Siderúrgica sob a influência de Ernâni do Amaral Peixoto, que era interventor do estado do Rio de Janeiro e genro de Getúlio Vargas. Essa escolha foi considerada política e técnica, sendo as justificativas técnicas:

A localização geográfica privilegiada, estando situada entre os dois principais eixos econômicos do país – Rio de Janeiro e São Paulo;  
O fácil acesso ao estado de Minas Gerais, por meio da Estrada de Ferro Central do Brasil;  
Baixo custo dos fretes para transportes da produção;  
Abundância de água doce, devido ao fato de estar localizada às margens do Rio Paraíba do Sul;  
Certa proximidade com o porto do Rio de Janeiro; os baixos salários da região, haja vista que os trabalhadores recrutados para trabalhar, em sua grande maioria, vinham da zona rural. (MANGEA, 2017, p. 50).

O projeto da construção da CSN tem início nos tempos turbulentos da Segunda Guerra Mundial, Segundo Oliveira (2014), o Brasil emergiu como um importante aliado, não apenas em termos militares, mas também econômicos e geopolíticos. Foi nesse cenário que se desenvolveu o projeto monumental da construção da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN). Durante a década de 1940, enquanto o conflito global se desdobrava, o Brasil estava em negociações com os Estados Unidos para obter financiamento crucial para erguer a siderúrgica que impulsionaria a economia nacional. Mas foi somente em 26 de setembro de 1940 que a concretização desse empreendimento ganhou forma definitiva, quando uma carta significativa chegou às mãos de Guilherme Guinle, presidente da Comissão Executiva do Plano Siderúrgico Nacional.

A carta não vinha de qualquer pessoa, mas do influente Jesse Jones, Secretário de Comércio dos Estados Unidos na época. Em suas palavras, estava o compromisso sólido dos Estados Unidos em apoiar o Brasil nessa empreitada vital para o esforço de guerra e para o futuro econômico de ambas as nações. Era um marco que ecoaria através das décadas, marcando não apenas o início da construção de uma siderúrgica, mas também uma aliança estratégica que moldaria os destinos de ambos os países.

Prezado Dr. Guinle: Em seguimento às nossas várias conversações [...] tenho o prazer de avisar a V.S., que o Export-Import Bank agora confirma a consignação provisória dos \$ 10.000.000 anteriormente aprovados para este projeto, e concorda aumentar a importância, conforme a obra for progredindo, para um total cumulativo de \$ 20.000.000. [...] Em vista do fato de ter sido limitada a experiência dos brasileiros na fabricação de aço em larga escala, a gerência da empresa deverá incluir

administradores e engenheiros experimentados na fabricação de aço nos Estados Unidos, até que fique assegurado um funcionamento com sucesso, à mútua satisfação do Export-Import Bank e dos capitalistas brasileiros. Tenho toda confiança que, com experiência suficiente, os brasileiros serão capazes de fabricar aço com sucesso e simpatizo profundamente com o seu presidente e o seu povo no seu desejo de construir esta indústria. (apud OLIVEIRA, 2014, p. 13).

A entrada em operação da Usina Presidente Vargas (CSN) em julho de 1946 representou um marco significativo na história da região Sul Fluminense, marcando o início de uma profunda transformação. Este evento não apenas impulsionou o desenvolvimento industrial, mas também desencadeou mudanças socioeconômicas substanciais. As fazendas de café, outrora dominantes na área, deram lugar à indústria siderúrgica, inaugurando uma nova era de crescimento econômico.

O crescimento da CSN atraiu uma onda de trabalhadores para a região, tanto para a construção quanto para a operação da usina. Esse influxo populacional transformou o antigo cenário rural, com muitos trabalhadores agrícolas se tornando operários industriais.

O surgimento de vilas operárias refletiu uma abordagem hierarquizada, com o objetivo de assimilar e "civilizar" esses novos habitantes, muitos dos quais vinham do campo. À medida que o distrito de Volta Redonda crescia em importância econômica, o desejo por autonomia política se tornava evidente.

Em junho de 1954, os residentes foram convocados para participar de um plebiscito sobre a emancipação do distrito de Volta Redonda de sua cidade-mãe, Barra Mansa. O resultado da votação determinou a separação dos territórios. Assim, em 17 de julho de 1954, Volta Redonda alcançou sua emancipação política através da Lei nº 2.185 da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro. Posteriormente, em 6 de fevereiro de 1955, a criação do município de Volta Redonda foi oficializada pela Lei nº 2.218, conforme documentado por Mangea (2017).

A configuração do ideal de cidade em Volta Redonda foi influenciada pelos interesses convergentes de duas instituições proeminentes: a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) e a Igreja Católica. Segundo Mangea (2017) enquanto a CSN buscava promover um ambiente propício para a construção de uma cultura laboral ideal, a igreja visava recuperar sua relevância no cenário político nacional. Nessa dinâmica, a Diocese demonstrou apoio à criação de uma estrutura eclesiástica na cidade industrial. Dentro dessa lógica de coexistência institucional, a CSN viu com "bons olhos" a transferência da sede da Diocese para Volta Redonda. O crescimento econômico e a centralidade da cidade na região Sul Fluminense justificaram tal apoio.

Essa mudança foi particularmente incentivada pelo General Edmundo Macedo Soares, então presidente da CSN, em consonância com os interesses de D. Agnelo Rossi, Bispo diocesano na época. O estado assumiu um papel crucial na viabilização dessa transferência episcopal, provendo todas as

instalações necessárias, desde terrenos até mobiliário. Esse processo foi concluído em 1965, durante o episcopado de D. Altivo Pacheco. Este episódio ilustra a interseção entre interesses econômicos, políticos e religiosos na configuração do espaço urbano e institucional de Volta Redonda.

A presença da CSN influenciou a organização urbana local em todos os aspectos. Fontes e Lamarão (2006) destacaram que a tradicional praça e a igreja matriz – construções comuns nas cidades brasileiras – foram substituídas em Volta Redonda pela Usina da CSN, localizada no centro da cidade. Assis (2013) destaca que na cidade planejada por Garnier, não havia templos religiosos, mas a influência da Igreja, explica a construção de um templo no alto de um morro, na Vila Santa Cecília, mas geograficamente fora do eixo central da cidade. Politicamente a Igreja nunca esteve fora do centro da vida da cidade. (SOARES, 2019, p. 60).

### 3.1. Um bispo, duas Posses.

Após uma breve estadia como Vigário Episcopal em Copacabana, Dom Waldyr assumiu oficialmente a Diocese de Barra do Piraí / Volta Redonda como Bispo em 8 de dezembro de 1966. Sua posse foi marcada por dois eventos distintos: a primeira ocorreu na Catedral de Santana, em Barra do Piraí, pela manhã, enquanto a segunda teve lugar na Co Catedral Nossa Senhora das Graças, em Volta Redonda, à tarde. Vale ressaltar que a cerimônia foi realizada nesta última localidade, pois era a residência oficial do bispado na época. Durante seu relato sobre o contexto da cidade à época de sua chegada, Dom Waldyr mencionou a situação militar que prevalecia na região. Essa observação indica a presença de questões políticas e de segurança que permeavam o cenário local naquele momento. Esses eventos refletem a interseção entre a esfera religiosa e os acontecimentos sociais e políticos da época, como documentado por Costa (2001).

Cheguei aqui em 1966, dois anos após a ditadura, aqui encontrei uma situação bastante crítica porque a Companhia Siderúrgica Nacional por ser estatal se tornou um grande foco de observação por parte da Ditadura Militar, porque ali estavam os desempregados. Dentro desse tempo a perseguição foi muito forte, primeiro o sindicato dos metalúrgicos; houve uma intervenção direta da ditadura, e essa intervenção direta da ditadura, é que fazia escolher quem era direta ou indiretamente quem seria o presidente do sindicato (gente de confiança da ditadura) e qualquer suspeita eles tinham carta branca para fazer o que quiser de reação em cima dos operários, e aí foi prisão, foi tortura em vários operários; assim a igreja foi desafiada - o que fazer diante dessa situação; então a igreja atuou muito forte, foi como um muro de proteção aos operários da CSN principalmente. Mas mesmo assim a repressão em cima dos operários era muito forte, muito violenta, não podiam escolher nada, não podiam falar, não podiam se expressar e nem dar opinião. Com isso a população também ficou vulnerável a esta espionagem do exército naquela ocasião. (apud FARIA, 2008, p. 33).

#### 4. A DITADURA MILITAR E SEU REFLEXO EM VOLTA REDONDA.

A Ditadura no Brasil pode ser explicada em parte pelas decisões tomadas nos últimos meses do governo de João Goulart, quando a via democrática foi gradualmente deixada de lado por vários setores da sociedade. Os conservadores conseguiram atrair para o seu lado os chamados moderados, que acreditavam que somente uma revolução poderia purificar a democracia, pondo fim à luta de classes. Em 1963, João Goulart, buscando conter a agitação social no país, recorreu ao dispositivo militar ao solicitar ao Congresso o decreto do estado de sítio por 30 dias. Essa medida desagradou tanto à direita quanto à esquerda, intensificando as tensões e alimentando as conspirações de golpe.

No início de 1964, João Goulart seguiu um caminho conturbado ao contornar o Congresso e começar a implementar reformas de base. As reformas foram anunciadas em grandes comícios, sendo o mais famoso o Comício da Central, onde foram anunciadas importantes medidas de seu plano de governo, segundo Fausto (2001), as reformas propostas naquele período histórico abrangeram um conjunto abrangente de medidas destinadas a transformar significativamente a estrutura socioeconômica do país. Entre essas reformas, destacava-se a reforma agrária, cujo principal objetivo era mitigar os conflitos fundiários e assegurar moradia para milhões de trabalhadores rurais. Além disso, a reforma urbana visava melhorar as condições de habitação nas cidades, permitindo que inquilinos tivessem a oportunidade de se tornarem proprietários das casas que alugavam, outra proposta importante era a ampliação do direito de voto aos analfabetos e aos membros das forças armadas de patentes inferiores, como sargentos e soldados, a nacionalização de empresas concessionárias de serviços públicos, dos frigoríficos e da indústria farmacêutica também fazia parte do leque de reformas, a regulamentação da remessa de lucros para o exterior e por fim, a extensão do monopólio da Petrobras.

Essas medidas geraram grande incômodo nas oposições políticas e contribuíram para acirrar os ânimos, criando um ambiente propício para o desfecho trágico que se seguiu.

O primeiro passo das reformas de João Goulart marcou o início do declínio de seu governo. Um sinal claro disso foi a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, realizada em São Paulo no dia 19 de março, que reuniu mais de 500 mil pessoas. Esse evento demonstrou que os defensores de um golpe poderiam contar com um amplo apoio social. Enquanto João Goulart se dirigia ao Rio de Janeiro para discursar em uma assembleia de sargentos, o golpe já estava em andamento. Foi precipitado pelo General Olímpio Mourão Filho, com o apoio do governador Magalhães Pinto. Mourão deslocou suas tropas sediadas em Juiz de Fora em direção ao Rio de Janeiro, no dia 31 de março ocorreu a concretização do golpe.

Em 1º de abril, João Goulart voou para o Distrito Federal na tentativa de evitar qualquer derramamento de sangue. De Brasília, seguiu para Porto Alegre. Nesse ínterim, o presidente do

Senado, Auro Moura Andrade, declarou vago o cargo de presidente da República. Quem assumiu interinamente foi o presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli. No entanto, os poderes já não estavam mais nas mãos dos civis, mas sim nas dos comandantes militares.

O líder político Leonel Brizola tentou mobilizar tropas no Rio Grande do Sul, porém sem sucesso. Ele acabou se exilando no Uruguai, onde João Goulart já estava. Esse período marcou o fim do governo de Goulart e o início de um regime ditatorial militar no Brasil.

Em Volta Redonda, a deterioração das relações entre a empresa e os operários intensificou-se com o início do golpe militar, evidenciando o conservadorismo da empresa diante da resistência operária. Conforme relatado por Mangea (2017), com a instauração e consolidação do golpe, o 1º Batalhão de Infantaria Blindada (BIB) sediado em Barra Mansa-RJ, sob o comando local da guarnição do Exército, atuou como mecanismo de controle contra atos que contrariavam os interesses do regime em toda a região.

Uma entrevista com o Engenheiro Mauro Mariano, um dos principais diretores da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) na época do golpe, revela a colaboração da empresa na tentativa de repressão à resistência operária, evidenciando a articulação entre militares e capital. Mariano descreve como a CSN cooperou com as autoridades militares para conter movimentos operários e garantir a manutenção da ordem conforme os interesses do regime militar, exemplificando a aliança entre o setor empresarial e o aparato repressivo do Estado durante esse período histórico:

Parei a tentativa de greve, tomei várias providências. Proibi a entrada na Usina dos elementos subversivos que nós tínhamos identificado. Mandei cortar tudo que era telefone. Negócio de greve é comunicação. Greve só pode se desenvolver se houver comunicação, de rádio, de telefone, de pessoas. Mandei ocupar a rádio... eles tinham ocupado antes, mas mandei a polícia lá e eles saíram. Volta Redonda não podia se comunicar com o Rio, com nenhuma parte. Estava tudo em nossas mãos, eu tinha que dar autorização. Eu nunca fui general, mas tive que agir como um. Tinha toda estratégia preparada.<sup>4</sup>

Na cidade de Volta Redonda, conforme registrado pela Comissão Municipal da Verdade Dom Waldyr Calheiros, observou-se uma série de movimentos de resistência à implementação do golpe militar e de apoio ao governo de João Goulart.

Entre esses movimentos, destacam-se a resistência operária na rádio, localizada no alto do morro do Laranjal, que serviu como o principal meio de comunicação de massa na cidade, sendo uma plataforma crucial para a disseminação de mensagens contrárias ao golpe; a resistência grevista na entrada da CSN, liderada pelo presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, Lima Neto, que buscava a

<sup>4</sup> Comissão Municipal da Verdade D. Waldyr Calheiros – Volta Redonda (2013-2015, p. 40).

adesão à greve com o objetivo de paralisar a Usina Siderúrgica Nacional em defesa do governo de João Goulart; a resistência grevista no Departamento de Recuperação de Material (DRM), que foi o setor de maior mobilização para a greve de resistência ao golpe, sendo o local onde trabalhava a maioria dos “agitadores”; e a resistência operária na sede do sindicato dos metalúrgicos, onde foram erguidas trincheiras tanto dentro da sede quanto nas imediações das calçadas.

Na Avenida Amaral Peixoto, uma multidão de operários reuniu-se em oposição ao golpe de 1964. Esses movimentos revelam a vigorosa resposta operária ao golpe militar em Volta Redonda, refletindo a ampla oposição ao regime autoritário e o apoio ao governo deposto de João Goulart.

#### 4.1. **Atos institucionais N°1 e N°5.**

Para a consolidação do golpe militar de 1964, foram estabelecidos instrumentos de repressão conhecidos como "Atos Institucionais". Neste artigo, destacamos especialmente os Atos Institucionais n° 1 e n° 5, que foram cruciais na institucionalização da repressão.

Segundo Fausto (2001), o Ato Institucional n° 1 foi promulgado em 9 de abril de 1964. Este ato manteve a constituição em vigor, mas ampliou significativamente o poder do presidente da República, fortalecendo assim o executivo militar. Entre as principais medidas, o AI-1 impôs a obrigatoriedade de votação, em um prazo máximo de 30 dias, dos projetos enviados pelo presidente tanto na Câmara dos Deputados quanto no Senado. Além disso, suspendeu a imunidade parlamentar em todos os níveis e concedeu ao presidente a autoridade para suspender os direitos políticos de indivíduos por até 10 anos. Essas ações consolidaram o controle do governo militar sobre as instituições democráticas, facilitando a implementação de suas políticas autoritárias.

O Ato Institucional n° 5, decretado em 13 de dezembro de 1968, marcou um momento crucial na história do Brasil durante o regime militar. De acordo com Fausto (2001) este ato, conhecido como AI-5, foi um instrumento radical de repressão e controle social, representando uma escalada autoritária dentro do próprio regime. Com sua promulgação, o presidente ganhou poderes extraordinários, incluindo a capacidade de fechar o Congresso Nacional, intervir nos estados e municípios com a nomeação de interventores, e decretar medidas extremas contra aqueles considerados subversivos.

O AI-5 resultou em uma série de violações dos direitos políticos e civis, incluindo a cassação de mandatos, suspensão de garantias constitucionais e a intensificação da perseguição a grupos de oposição. Além disso, o ato fortaleceu a censura e restringiu a liberdade de expressão, criando um ambiente de medo e intimidação.

Este período ficou marcado por uma repressão brutal e aprofundamento da polarização política, culminando em um período de intensa repressão e violência estatal. O AI-5 representou, portanto, um

marco sombrio na história do Brasil, evidenciando os desafios enfrentados pela democracia e pelos direitos humanos durante aquele período.

## **5. VIOLAÇÕES DOS DIREITOS HUMANOS NA CIDADE DE VOLTA REDONDA.**

Como verificamos anteriormente, em Volta Redonda, uma cidade operária com um movimento sindical forte, era inevitável a ocorrência de movimentos de resistência ao golpe militar, resultando em diversos episódios de repressão por parte dos militares contra vários setores da sociedade. Entre esses episódios, destacaremos três casos emblemáticos: a repressão dos militares contra os operários, a repressão dos militares contra a Igreja e a repressão dos militares contra seus próprios membros.

### **5.1. A prisão de Bedê**

O primeiro caso a ser analisado é de Waldyr Amaral Bedê, conforme relatado no testemunho da verdade por sua irmã, Vani Amaral Bedê, e seu filho, Waldyr Leonel Tonolli Bedê, em depoimento ocorrido no dia 19 de maio de 2014, registrado na Comissão Municipal da Verdade Dom Waldyr Calheiros, em Volta Redonda.

Waldyr Bedê ingressou cedo no movimento sindical, destacando-se por sua boa retórica e habilidade de escrita, o que o levou a assumir posições de liderança. Ele foi eleito Diretor Secretário do Sindicato dos Metalúrgicos no período de 1961 a 1963, representando Volta Redonda em congressos internacionais em diversos países, onde adquiriu vasta experiência sindical.

Durante o golpe de 1964, Bedê foi preso sem mandado judicial ao chegar em casa. Foi levado ao 1º Batalhão de Infantaria Blindada (BIB) e, posteriormente, transferido para a Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), em Resende. Na AMAN, após um período de incomunicabilidade, começou a receber visitas aos domingos. Ele estava magro e abatido, tendo sofrido torturas psicológicas e morais.

Após ser solto, Bedê foi demitido e despejado da casa da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN). Passou anos sem emprego fixo na cidade, sendo provido por sua esposa, professora pública do Estado. Em 1967, ingressou na faculdade para estudar História e Sociologia. Após concluir os estudos, começou a lecionar e tornou-se assessor de Dom Waldyr Calheiros. Com a implementação do Ato Institucional Número Cinco (AI-5) em 1968, foi novamente preso sem mandado judicial, desta vez na sala de aula da faculdade que frequentava, em Valença. Foi novamente encarcerado no 1º BIB de Barra Mansa, junto com os professores Santini e Brasil, permanecendo preso até fevereiro de 1969. Bedê foi anistiado em 1985.

## 5.2. O caso padre Bueno

No contexto da repressão militar no Brasil, a Igreja foi uma das instituições que enfrentou significativa opressão, particularmente em áreas onde sua atuação tocava em questões sociais e políticas. Um exemplo emblemático desse confronto ocorreu em Volta Redonda em 1964, envolvendo o Padre Inácio Bueno. O conflito começou quando Padre Bueno se solidarizou com a prisão de Lainor Ferreira, presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil, que havia sido detido por suas atividades sindicais, mesmo sem conotações comunistas evidentes. O episódio revela a tensão entre o movimento sindical local e as forças militares, que viam qualquer organização dos trabalhadores como uma ameaça à ordem.

No dia 6 de abril de 1964, apenas cinco dias após o golpe militar, Padre Bueno apresentou-se voluntariamente ao 1º Batalhão de Infantaria Blindada (BIB) em Barra Mansa para ser preso. Sua ação não era um gesto de desafio às autoridades, mas um ato de solidariedade a Lainor Ferreira, um líder sindical que lutava contra a exploração dos trabalhadores e a influência comunista no sindicato, sem ceder aos interesses patronais ou políticos. Padre Bueno, como ele mesmo relatou em uma carta dirigida às autoridades militares, via sua luta como uma defesa da justiça social, em oposição tanto ao capitalismo explorador quanto ao comunismo manipulador.

Se ontem me apresentei à prisão em solidariedade ao Sr Lainor Ferreira, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Construção Civil, não foi em desacato às autoridades militares e nem num gesto de agitação, como deselegantemente interpretou o Capitão Régua. Os motivos foram os seguintes: 1) O Sr. Lainor Ferreira, com nosso auxílio e com o auxílio do Pe. Alcino Camata e dos Círculos Operários de Volta Redonda e Barra Mansa, conseguiu, a duras custas, desalojar daquele sindicato um comunista notório e ativista, que além de suas atividades ideológicas nada fazia a favor da explorada classe dos trabalhadores naquele setor de atividade. E à frente do Sindicato, o Sr. Lainor embora jovem e de pouca experiência sindical, lutou bravamente sem se vender aos patrões, aos políticos profissionais e aos comunistas, pela melhoria de vida daqueles trabalhadores, que antes estavam entregues a um pseudo-líder sindical corrupto e à sanha gananciosa de Empreiteiros, que se enriquecem e continuam a se enriquecer às custas de seus operários. E nesta luta toda, manteve-se, o Lainor, numa linha de justiça, dentro da lei e de espírito democrático, mas sem fraquezas nem covardias. Esta luta corajosa do Lainor trouxe-lhes o apoio de comunista dado a ele gratuitamente quando na verdade o mesmo Lainor combatia os comunistas, resistia a seus convites e fazia aquilo que os comunistas não queriam: melhorar a sorte dos trabalhadores, sem explorá-los depois, para demagogias e ideologias. (...) não podia eu, que sou contra o comunismo que engana e avilta, como sou igualmente contra o capitalismo sorrrateiro e explorador, abandonar o Lainor a quem vinha acompanhando de longa data, na hora mesmo em que ele era preso pela Revolução Anticomunista. Quem com isso se alegrou foram os poderosos Empreiteiros e os poderosos donos de Fábricas de Cimento. Desconfio mesmo, que tenham influenciado nos acontecimentos, quando até a mim julgam comunista. Apresentei-me, pois à prisão, porque a causa que o Lainor defendeu de justiça social, eu também defendo. (...) motivo que me levou a exigir minha própria prisão foi o ter V. Excia afiançado ao Revdo. Padre Alcino Camata que o Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil

podia reabrir-se normalmente, e quando foi reaberto V. Excia determinou imediatamente a invasão do mesmo, e a prisão de seu Presidente. V. Excia há de reconhecer a justeza de minha atitude, que fiquei perplexo diante de tal fato. Eximo Sr. Comandante, sei perfeitamente que pessoas, que se têm por democratas e cristãs, e evocam estes apelidos a toda hora, já me apontaram inclusive a elementos do BIB, como comunista, agitador e quejandas, pelo simples fato de eu lutar, embora às vezes com energia, por causas ingratas, que têm poucos defensores autênticos. Sou e continuo a ser igualmente contra o capitalismo desalmado e o comunismo, e mais do que isto, sou a favor de uma sociedade justa e democrata de verdade e não de fachada. Sou por um cristianismo, não de slogans, mas de mentalidade, atitudes e fatos. Aqueles que me acusam, como comunistas, quando os comunistas me acusam de reacionário, divisionista, ibadiano e vendido, podem ficar tranquilos de que nunca serei a causa da implantação do comunismo no Brasil, que para mim deve ser uma Pátria de homens livres, conscientes e responsáveis. Comunico a V. Excia que para salvaguarda de meu nome e minha dignidade, enviarei cópia desta às principais Autoridades Cíveis Revolucionárias a fim de que tomem consciência dos motivos reais de minha prisão de ontem, por mais ou menos duas horas, para que não haja explorações a respeito. Sem mais no momento. Meus respeitos. Pe. Inácio Bueno, Assistente Eclesiástico do Círculo Operário de Volta Redonda.<sup>5</sup>

Sua postura, entretanto, foi mal interpretada pelos militares, que o rotularam como "comunista", ignorando suas reiteradas críticas ao comunismo e sua defesa de uma sociedade mais justa e democrática.

Borba e Silva (2020) observam que esse episódio destaca três elementos centrais da repressão militar sobre a Igreja e os sindicatos. Primeiro, a repressão militar não fazia distinção entre as inclinações ideológicas dos líderes sindicais; qualquer forma de organização operária era vista como uma ameaça. Por fim, o padre estava profundamente consciente da exploração dos trabalhadores e apoiava suas reivindicações, vendo-as como uma luta legítima por justiça social.

A repressão ao Padre Bueno atingiu níveis mais profundos quando, em 18 de junho de 1964, o Ministério da Guerra, a pedido de Dom Altivo Pacheco, bispo da Diocese de Barra do Pirai-Volta Redonda, ordenou uma investigação sobre as atividades do padre.

A investigação não encontrou evidências de envolvimento comunista por parte de Bueno, mas ainda assim, ele foi considerado inconveniente tanto para a Igreja quanto para os militares. O episódio revela o alinhamento entre parte da hierarquia eclesiástica e o regime militar, com Dom Altivo apoiando o golpe de 1964 e cooperando com os militares na repressão aos padres que, como Bueno, defendiam os direitos dos trabalhadores.

A situação de Padre Bueno se agravou em 1965, quando o General Octacílio Terra Ururahy, em relatório oficial, concluiu que as atividades político-sociais do padre constituíam uma ameaça à "segurança nacional" e ao clima de tranquilidade que deveria prevalecer entre a Igreja e o Exército.

<sup>5</sup> Cópia autêntica da carta assinada por Pe. Bueno, endereçada ao Cmt do 1º BIB, em 27 de abril de 1964, recebida pelo capitão de Sec. E S2 Hélio Régua Barcellos. Mimeo, s/d (apud Borba e Silva 2021, Pag. 176).

A solução proposta foi afastar Padre Bueno de suas atividades pastorais em Volta Redonda e Barra Mansa, uma decisão que contou com o apoio de Dom Altivo.

Em 2 de agosto de 1965, Padre Bueno foi oficialmente removido de suas funções pastorais e "transferido" para a pequena localidade de Quatis, onde sua atuação foi severamente limitada. Esse episódio marca não apenas a repressão estatal, mas também a colaboração de setores da Igreja com o regime militar, que buscava silenciar vozes dissidentes e qualquer forma de resistência que pudesse surgir dentro das próprias fileiras eclesiais. Borba e Silva (2021) argumentam que houve uma reconfiguração deliberada da imagem pública do Padre Bueno, de um líder religioso comprometido com as causas sociais para um "agitador" perigoso, construído como um inimigo tanto do Exército quanto da Igreja.

### 5.3. Os quatro soldados do 1º Batalhão de Infantaria Blindada

Durante a época da Ditadura Militar diversos casos de tortura ganharam notoriedades. Um dos episódios mais emblemáticos ocorreu no Batalhão de Infantaria Blindada em Barra Mansa, em 1971, envolvendo a tortura de militares por outros militares. Um dos soldados envolvidos foi Geomar Ribeiro da Silva.

Segundo relatado por Costa (2001) Geomar, em um dia específico, chegou em casa visivelmente apreensivo após retornar do quartel. Sua mãe, percebendo sua angústia, perguntou-lhe o que estava acontecendo. Geomar então revelou que, na noite anterior, enquanto dirigia a viatura da Patrulha em Volta Redonda, avistou um homem escrevendo em uma grande pedra. Supôs-se que se tratava de dizeres subversivos.

O sargento que comandava a patrulha prendeu o homem, que, na realidade, não estava envolvido em atividades subversivas, mas apenas realizando um trabalho de propaganda para a Casa Buri. Pelo retrovisor do jipe, Geomar viu os dois militares agredirem brutalmente o homem, que, desequilibrado, caiu da viatura e bateu com a cabeça em uma pedra, resultando em sua morte. Os militares então se livraram do corpo do rapaz. Geomar ficou profundamente traumatizado por ter testemunhado aquela cena, assim podemos notar o forte policiamento e situações a que os cidadãos eram submetidos, mostrando o policiamento desregrado e violento da ditadura.<sup>6</sup>

Dias depois, o militar Geomar Ribeiro da Silva foi dispensado do quartel, na expectativa de que seu trauma diminuísse com o tempo. Contudo, com o passar dos dias, ficou evidente que seu medo não diminuía. Temendo que ele revelasse o ocorrido a alguém, os militares decidiram forjar uma

<sup>6</sup>Jornal, Pasquim, dia 07 de dezembro de 1978, Arquivo da diocese de Volta Redonda Barra do Pirai.

investigação interna, acusando-o de envolvimento com tráfico de drogas no quartel. No dia 31 de dezembro de 1971, Geomar foi detido. Há um relatório que reforça o ocorrido:

**Geomar Ribeiro da Silva**

**Dia 31.12.1971** - No 1º, BIB, sediado em Barra Mansa, foi detido o soldado Geomar Ribeiro da Silva, filho de Arlindo e Evangelina Ribeiro da Silva, residente à rua 539 B, N° 372, no Bairro N. Sra. Das Graças, em V. Redonda. Informou-se que era para apurar, entre os soldados, o porte e o fumo de maconha. Sua irmã, Gerozélis, de 21 anos, conseguiu visitá-lo no dia 2.1.72. Ainda não havia sido interrogado. Jurou que não ia confessar uma coisa que não havia feito.<sup>7</sup>

Pouco tempo depois, em 14 de janeiro de 1972, o Padre Nathanael Campos procurou Dom Waldyr para comunicar a morte de Geomar, ocorrida sob tortura no Batalhão. O Bispo foi informado de que a família havia sido chamada ao quartel em Barra Mansa para receber o corpo do soldado. Na ocasião, o pai de Geomar pediu que fosse realizada uma autópsia por um médico legista em Volta Redonda, mas o comandante do quartel recusou, alegando que a medida já havia sido tomada.

Ao receber o corpo, os parentes constataram sinais claros de tortura: unhas perfuradas, ossos dos pulsos expostos, dedos queimados com a pele descascando e marcas de hematomas nos rins. Além disso, as paredes laterais do crânio estavam afundadas, como se tivessem sido comprimidas por uma prensa. O relatório continua:

**Dia 13.1.72** – às 22hrs, a família foi chamada ao Quartel, em B. Mansa, a fim de receber o cadáver do filho. A família entrou e se acha em desespero. Pessoas indignadas pediram-me para visitar a família. Parentes e amigos constataram, em Geomar, sinais de violência: unhas perfuradas; pulsos com os ossos aparecendo, dedos queimados, com a pele caindo; hematomas nos rins (quando mudaram as roupas viram); a face com marca de violências; os braços descarnados.

O pai pediu para que fosse feita a necropsia por outro médico legal, em V.R., e o comandante disse que não adiantava, já havia sido feita.

**Dia 14.01.72** – Às 15hrs, foi sepultado o corpo de Geomar Ribeiro da Silva no cemitério de Volta Redonda.

Os moradores do bairro foram ao enterro e perceberam alguns dos sinais de violência: unhas, dedos, pulsos. Repercutiu a notícia pela Usina Siderúrgica e demais repartições e escritórios, na Cidade. Neste clima, várias outras famílias de recrutas que também tinham seus filhos detidos para as mesmas investigações, ficaram apreensivos, temendo que a sorte de seus filhos fosse idêntica à de seu companheiro Geomar.<sup>8</sup>

<sup>7</sup>Relatório Geral sobre a morte e o desaparecimento de soldados no 1º BIB, sediado em barra mansa. Assinado por D. Waldyr no dia 1º de fevereiro de 1972. Arquivo da Diocese de BP-VR.

<sup>8</sup>Relatório Geral sobre a morte e o desaparecimento de soldados no 1º BIB, sediado em barra mansa. Assinado por D. Waldyr no dia 1º de fevereiro de 1972. Arquivo da Diocese de BP-VR.

No capítulo 4, abordaremos em maior detalhe a atuação de Dom Waldyr Calheiros, destacando seus esforços para prestar apoio aos familiares das vítimas e buscar justiça pelos crimes cometidos pelo regime militar.

## 6. DOM. WALDYR E A DEFESA E PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

Para analisarmos a atuação do Bispo Dom Waldyr Calheiros em defesa dos direitos humanos, é fundamental entendermos o processo histórico de conquista desses direitos no Brasil. Mangea (2017) destaca que a concepção de direitos humanos deve ser compreendida como uma articulação de diversos direitos – civis, sociais, políticos, econômicos, culturais e religiosos. Esses direitos são condições básicas para a construção de uma cidadania global, dignificando a premissa da universalidade ao transpor barreiras e fronteiras.

A evolução dos direitos humanos apresenta múltiplas significações históricas. Na primeira concepção, os direitos emergem dentro do estado, como mecanismos que emanam da própria ordem positiva do estado. A segunda concepção vê os direitos se desenvolvendo como uma filosofia crítica. No sentido moderno, os direitos surgem por aspiração de uma burguesia revolucionária contra a tirania dos Estados absolutistas. Em uma terceira concepção, os direitos são entendidos como algo divino, não se baseando em vontades humanas, mas fundamentando-se em uma metafísica religiosa.

No Brasil, a conquista desses direitos se deu de maneira distinta. Inicialmente, foram reconhecidos pelo estado brasileiro, em grande parte durante o governo Vargas. No entanto, esses avanços ocorreram de forma gradual. A atuação de Dom Waldyr em defesa dos direitos humanos em Volta Redonda deve ser contextualizada no período militar e na suspensão desses direitos, especialmente a partir do AI-5, quando a tortura foi institucionalizada no país. Em Volta Redonda, a repressão não foi diferente, sendo acompanhada diretamente pelos militares.

A trajetória de Dom Waldyr em defesa dos direitos humanos revela um compromisso firme com a justiça social, mesmo em um período de intensas adversidades e mostra que a igreja moderna está comprometida com problemas sociais e não mais voltada para si mesma.<sup>9</sup>

No discurso de sua tomada de posse da Diocese de Volta Redonda / Barra do Piraí, fica claro o posicionamento de D. Waldyr sobre o papel da igreja na sociedade:

A Igreja não pode se ausentar onde o bem-estar dos homens, onde os direitos inalienáveis da dignidade da pessoa humana estiverem em jogo e exigirem sua presença. (...) É este o significado de vossa presença no vosso meio.<sup>10</sup>

<sup>9</sup> Jornal o Expresso, dia 18 de julho de 1979, Arquivo da Diocese de Barra do Piraí-Volta Redonda.

<sup>10</sup> Livro de Tombos no 2, p. 99. Arquivo da Diocese de Barra do Piraí-Volta Redonda.

### 6.1. A prisão de Bedê

Em 1968 conforme relatado por (Costa 2001), dois anos após a chegada de Dom Waldyr, Waldyr Amaral Bedê foi preso novamente. A prisão ocorreu em um contexto de repressão crescente, coincidente com o vigésimo aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Nesse período, Dom Hélder propôs, durante a nona assembleia geral da CNBB, realizada em junho de 1968, um ato coletivo em comemoração à data. Em Volta Redonda, a celebração ocorreu em 8 de dezembro de 1968, no Centro Social Santa Cecília.

O evento incluiu uma dramatização, produzida pelos próprios operários, que montaram diversos quadros retratando a violação dos direitos dos trabalhadores. A apresentação abordava os dramas enfrentados pelas famílias operárias, como a situação de viúvas que, após a morte de seus maridos, eram obrigadas a deixar as residências fornecidas pela Companhia Siderúrgica Nacional, ficando com seus filhos na rua. Vários outros casos de injustiças foram destacados na produção.

Um fotógrafo, ligado a um pequeno semanário local que servia aos interesses dos militares, registrou o evento. Essas fotos acabaram nas mãos dos militares, resultando em uma repressão severa contra os participantes, com prisões de operários e estudantes envolvidos na apresentação. Familiares dos presos, incluindo Marisa, esposa do professor Waldyr Bedê, foram pessoalmente se queixar com Dom Waldyr. O professor Bedê, um dos assessores de Dom Waldyr, foi preso sob a acusação de colaborar na organização da comemoração dos direitos humanos, conforme informado pelo Coronel Armênio no quartel.

Dentro desta situação, como nos apresenta Machado (2014), Mariza, Bedê, destaca que D. Waldyr não era comunista e apenas desejava a democracia, dentro deste relato ela nos apresenta a negociação com os militares para a soltura do seu marido:

Eu só solto o seu marido a hora que Dom Waldyr vier aqui. Se o Dom Waldyr não vier aqui, eu não solto. Aí eu falei, “eu posso falar isso para ele?”. Ele falou “pode”. Eu posso falar isso para ele? Ele “pode”. “Enquanto o Dom Waldyr não vier aqui, eu não solto o seu marido”. Mas ainda levou uns 30 dias para soltar. Mas foi um “auê” nacional. Não tinha televisão na época para filmar, não como tem hoje. Não tinha o avanço da televisão. Mas a gente ficou no radinho. Todo mundo no rádio. Pessoal faltou serviço, faltou aula, e Dom Waldyr preso lá 24 horas. Dom Waldyr foi e se ofereceu para ficar no lugar do meu marido. Porque eles falaram para mim “Eu estou prendendo ele, ele está aqui porque ele faz a cabeça...”. Mas vê se faz a cabeça do Dom Waldyr? (BEDÊ, Mariza: depoimento [3 de setembro, 2012]. Volta Redonda, Rio de Janeiro. Entrevista concedida pela viúva do professor Waldyr Bedê In *Historiografia da Mídia*).

Dentro dessas violações e prisões que foram realizadas por participação dos atos junto a D. Waldyr, o mesmo procurou o coronel e lhe pediu uma audiência, Segundo Costa (2001) Durante a

visita ao batalhão, Dom Waldyr não foi sozinho. Ele foi acompanhado pelo Vigário Geral Monsenhor Barreto e pelo Padre Arnaldo Werland. Antes de partirem, O Bispo informou sobre sua decisão de se declarar preso em solidariedade aos demais e disse: "Vocês vão me acompanhar." Ao chegarem ao batalhão às 9 horas, depararam-se com as tropas perfiladas, acompanhadas do Coronel Armênio. O Coronel os conduziu ao seu gabinete e, ao sentar, começou a falar sobre o papel da Igreja, afirmando que esta deveria cuidar da vida espiritual dos fiéis e manter a juventude longe das drogas.

Dom Waldyr, então, interrompeu, dizendo: "*O objetivo da minha presença aqui é saber sobre a prisão de algumas pessoas que o senhor mantém aqui, alegando às famílias que foram detidas por trabalharem comigo. Gostaria de saber se isso é verdade.*" (apud COSTA, 2001, P. 104) O Coronel respondeu perguntando se poderia ligar um gravador, aparentemente para depoimentos longos. Dom Waldyr confirmou que sim, e o Coronel prosseguiu, discursando sobre a missão da Igreja e seu ponto de vista.

Dom Waldyr interrompeu algumas vezes, mas o Coronel continuou a falar. Em determinado momento, o Coronel convidou o Bispo para almoçar com ele. Após o almoço, o Coronel levou Dom Waldyr para conhecer o quartel, mostrando vários locais, exceto onde os presos políticos estavam detidos. Após a visita, o Coronel tentou dispensar Dom Waldyr, mas este afirmou que ainda não havia recebido uma resposta e se declarou preso em solidariedade aos que estavam detidos ali. O Coronel, surpreendido, afirmou que não podia prendê-lo.

Após perceber que não conseguiria persuadir Dom Waldyr, o Coronel decidiu convocar a imprensa e acusou o bispo de incitar agitação em uma unidade militar. Em seguida, o Coronel reuniu seus subordinados, demonstrando grande satisfação com a detenção de Dom Waldyr e com as medidas que havia tomado.

Assim se passaram 12 horas. Pouco depois das 21 horas, Dom Waldyr foi informado de que o Coronel havia decidido libertar um dos detidos, o professor Santini, dentro dessa intervenção, Waldyr Amaral Bedê também foi solto. Sobre essa intervenção, Mariza Bedê afirma:

Eu sei que eu tenho adoração pelo Dom Waldyr, eu sei que não pode adorar. Mas ele foi a pessoa que Deus mandou para esse mundo, para cortar um pouco do sofrimento das pessoas aqui em Volta Redonda. Ele tinha tudo para ser um arcebispo no rio, para ir para o norte, com a família dele no Norte, eles moram muito bem em Alagoas. (BEDÊ, Mariza: depoimento [3 de setembro, 2012]. Volta Redonda, Rio de Janeiro. Entrevista concedida pela viúva do professor Waldyr Bedê).

## 6.2. O caso padre Bueno

No contexto da repressão militar no Brasil, a Igreja Católica experimentou uma repressão significativa, evidenciada pelo emblemático caso do Padre Inácio de Loyola Gomes Bueno em Volta

Redonda. Detido em 1964 por solidariedade a um sindicalista, Bueno tornou-se alvo das forças militares devido ao seu apoio aos trabalhadores e à oposição tanto ao comunismo quanto à exploração capitalista. Este episódio ilustra a complexa relação entre a Igreja e o regime militar, onde mesmo clérigos anticomunistas foram perseguidos. De acordo com Borba e Silva (2021), A repressão sobre Padre Bueno culminou em seu exílio pastoral, decidido pelo Bispo Dom Altivo, revelando o conluio entre certos segmentos da Igreja e o regime. Com a chegada de Dom Waldyr Calheiros à Diocese de Barra do Piraí-Volta Redonda, iniciou-se um novo capítulo, marcado por uma postura mais crítica e de resistência às arbitrariedades militares. Assim, em vários momentos, D. Waldyr foi mencionado e rotulado como um bispo subversivo, o que resultou em pressões das autoridades locais para que ele fosse afastado e transferido de seu episcopado na Diocese de Volta Redonda/Barra do Piraí<sup>11</sup>

Em uma carta à família de Padre Inácio de Loyola Gomes Bueno, escrita em 6 de maio de 2011, o Bispo Dom Waldyr Calheiros de Novaes detalha os acontecimentos posteriores ao exílio de Bueno em Quatis. Segundo o bispo, o padre demonstrava uma sensibilidade e solidariedade notáveis aos presos políticos e àqueles que lutavam contra a Ditadura Militar, tornando-se alvo constante da repressão. Dois pedidos dos comandantes do Batalhão de Infantaria Blindada (BIB) para seu afastamento, culminando em sua prisão, evidenciam a perseguição sofrida. Mesmo após sua libertação, a pressão militar continuou levando Bueno a buscar refúgio. Dom Waldyr, recém-chegado à diocese, intermediou sua transferência para a França, onde estudou sociologia na Diocese de Lille, com apoio do Cardeal Dom Lienard. Forçado a viver no exílio por quase quinze anos devido ao clima de insegurança no Brasil, Bueno enfrentou grandes dificuldades, aceitando trabalhos diversos para sustento. Seu retorno ao Brasil só foi possível com o enfraquecimento da ditadura, momento em que decidiu deixar o ministério sacerdotal e se dedicar ao magistério em São Paulo. A trajetória de Padre Bueno destaca a persistente perseguição e o impacto duradouro do regime ditatorial sobre aqueles que defendiam a justiça social.

Recebi sua carta. Você e a família de Inácio Loyola Gomes Bueno desejam conhecer os dados da ação enquanto ele trabalhou conosco na Diocese de Volta Redonda. Era muito sensível à solidariedade aos presos políticos que lutavam contra a Ditadura Militar na época. Por duas vezes os comandantes do Batalhão de Infantaria Blindada (BIB) pediram ao meu antecessor, Dom Altivo Pacheco, que afastasse o padre Inácio de Loyola de suas atividades em Volta Redonda. Finalmente o prenderam na Sede do Batalhão em Barra Mansa. Solto depois do empenho para que o libertassem, os militares o deixaram em paz. Padre Inácio procurou-me, como bispo recém chegado me comunicando sua inquietude de permanecer no país. Consegui do Cardeal de Lille, Dom Lienard, na França, a possibilidade de ele fazer um curso de sociologia em sua Diocese. Segui então para a França quase como exilado fora do país, pois não havia condições de continuar trabalhando na Diocese. Concluídos os estudos, teve que

<sup>11</sup> Jornal O Estado, Nova Iguaçu, de 26 de janeiro de 1969. Arquivo da Diocese de BP-VR.

permanecer na França, pois não se sentia seguro em voltar dentro do clima da ditadura. Assim continuou quase quinze anos com a vida muito sacrificada, pois não encontrava um emprego, aceitando qualquer tipo de trabalho para seu sustento. Pelo seu ser, não queria sacrificar a Diocese. Quando a ditadura deu sinais de enfraquecimento pela pressão popular, decidiu voltar ao Brasil indo para São Paulo. Aí ele resolveu deixar o ministério sacerdotal e se dedicou ao magistério.<sup>12</sup>

A ação de Dom Waldyr não só protegeu a vida e a integridade de Padre Bueno, mas também evidenciou um compromisso firme da Igreja com a defesa dos oprimidos e perseguidos, fortalecendo a luta por justiça social e contra a Ditadura Militar.

### 6.3. Os quatro soldados do 1º Batalhão de Infantaria Blindada

Após a trágica morte de Geomar é essencial contextualizar e analisar os eventos subsequentes. Dom Waldyr ao tomar conhecimento desses relatos, refletiu sobre o que deveria fazer, especialmente considerando que já havia sido alvo de tentativas de afastamento devido à sua atuação em defesa dos menores durante a ditadura. Decidiu, então, ajudar a família de Geomar.

No dia seguinte ao enterro do rapaz, encontrou-se com os pais dele. A mãe relatou que havia sido proibida de falar com Dom Waldyr, e que, durante o velório, um soldado advertiu a família para não conversar com ninguém sobre o caso. Além disso, ameaçaram o pai, dizendo que ele perderia o emprego na siderurgia se procurasse ajuda. De acordo com o relatório, Dom Waldyr declara:

Procurei levar o conforto de minha presença junto às famílias enlutadas. São todas famílias de operários (...).

Não sei qual dor é a maior, se das duas famílias que receberam os corpos de seus filhos, ou se a das outras duas que, sabendo da morte dos dois companheiros de seus filhos, não sabem onde se encontram os seus, dados como desaparecidos nestas circunstâncias.

O pai de Juarez Monção Viroti, desaparecido, aflito e sem parar, dia 30.1.72, foi ao Instituto Médico Legal, no Rio, ver se encontrava o seu filho, examinando cadáver por cadáver.

O pai de Wanderlei de Oliveira, querendo ir ao Rio para falar com uma autoridade militar, não sabe a quem recorrer para apresentá-lo como pai do soldado que desapareceu do quartel.<sup>13</sup>

A fim de buscar justiça para a situação de Geomar Ribeiro da Silva, Dom Waldyr, junto com a irmã do rapaz, procurou ajuda junto à Nunciatura, mas sem sucesso. Percebendo que não poderia contar com o apoio dessa organização, Dom Waldyr decidiu recorrer diretamente à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Levou por escrito todos os dados relevantes, incluindo o

12 Carta de D. Waldyr Calheiros à família de Padre Bueno em 06 de maio de 2011, apud Borba e Silva (2021, Pag. 193).

13 Relatório Geral sobre a morte e o desaparecimento de soldados no 1º BIB, sediado em barra mansa. Assinado por D. Waldyr no dia 1º de fevereiro de 1972. Arquivo da Diocese de BP-VR.

nome do soldado, os nomes dos pais, a data de nascimento e a data da morte. Chegando à antiga sede da CNBB, na Glória, Dom Waldyr tomou o elevador e encontrou o General Muricy.

Ao chegar ao andar do secretário-geral, Dom Ivo, foi informado de que este estava a caminho de uma reunião com o General Muricy. Dom Ivo ofereceu a Dom Waldyr a oportunidade de participar da reunião e entregar os relatórios pessoalmente, mas Dom Waldyr preferiu que o próprio secretário-geral entregasse a denúncia à comissão.

Após a leitura do documento, o General Muricy reagiu com descrença, afirmando: *"Duvido que o Exército Brasileiro tenha praticado um ato dessa natureza, como está narrado no panfleto de Dom Waldyr"* (apud COSTA, 2001, P. 111), referindo-se ao documento como um "panfleto". Em resposta, Dom Ivo manteve sua posição e desafiou o General Muricy a desmenti-lo, demonstrando coragem diante das autoridades militares e reafirmando seu compromisso com a busca pela verdade e justiça.

Cerca de quatro dias depois, o General Muricy reuniu-se diretamente com o Presidente Emílio Garrastazu Médici para tratar do assunto. Uma semana mais tarde, o General Muricy voltou à sede da CNBB para informar Dom Ivo: "Infelizmente, temos que dar a mão à palmatória. Pela primeira vez, o governo brasileiro vai emitir uma nota contra o Exército e vai mandar punir" (apud COSTA, 2001, p. 112)

Dessa forma, foi publicada uma nota oficial, embora de forma sucinta e mínima, reconhecendo a responsabilidade do Exército no caso de Geomar Ribeiro da Silva e anunciando medidas punitivas. Este ato marcou um raro momento de admissão de culpa e busca por justiça em um período caracterizado por repressão e censura. A nota Publicada foi a seguinte:

O Centro de Relações Públicas do Exército torna público que, numa organização militar localizada em Barra Mansa-RJ, foi descoberto um grupo de soldados ligados ao vício e ao tráfico de tóxicos. Visando a estabelecer as ramificações da rede de traficantes, os elementos daquela organização militar inicialmente encarregados das investigações, segundo o que se apurou até agora, agiram de maneira condenável e deformada, provocando a morte de soldados. Tal procedimento, totalmente contrário à lei e às determinações em vigor no Exército, conta com o total repúdio da instituição e a justa repulsa de seus integrantes. Foi determinado o máximo rigor na sua apuração, pois jamais fatos dessa natureza, resultante de deturpações individuais, poderão ter a complacência do Exército. (COSTA, 2001, p. 112 – 113)

Assim Dom Waldyr relata o desfecho do caso:

Chegou às minhas mãos o processo e a sentença contra os militares condenados. Nele se acha a descrição de todas as acusações ao capitão Dálgio Niebus, o matador. É com total frieza que os militares narravam as torturas, cortando os dedos, as cabeças, os membros dos dois soldados que fizeram desaparecer; como planejaram a pretensa fuga, abrindo o telhado e dizendo que os soldados Monção Virote e Wanderley de Oliveira mataram, numa briga, os dois companheiros mortos. Até onde chega à

violência! No final, "Ditadura condena torturadores!" e "Os oito militares são punidos com rigor, somando 407 anos de prisão. (apud COSTA, 2001, p. 114)

Portanto, o Bispo foi um ator fundamental em um dos casos mais importantes durante todo o período da Ditadura Militar brasileira sua ousadia e dedicação foram determinantes para a revelação dos abusos que vinham sendo cometidos pelo regime. Esse caso se destaca como um dos poucos que o exército brasileiro oficialmente admite ter cometido crimes e punido alguns de seus oficiais.

## 7. METODOLOGIA UTILIZADA NA PESQUISA

Esse estudo adota uma abordagem mais qualitativa e exploratória, com a intenção de entender como Dom Waldyr Calheiros atuou na defesa dos direitos humanos durante a ditadura militar, especialmente em Volta Redonda. A pesquisa foi estipulada em três etapas principais: No primeiro passo, fizemos uma revisão de livros, artigos, relatórios de ONGs de direitos humanos e também documentos da Comissão Municipal da Verdade D. Waldyr Calheiros. Essa etapa ajudou a colocar Dom Waldyr em contexto, tanto no cenário nacional quanto local, e ainda revelou algumas lacunas para irmos mais fundo.

A segunda etapa foi mais intensa, com o mergulho em fontes primárias, como os arquivos da Cúria Diocesana de Barra do Piraí-Volta Redonda, com análise registros pastorais, cartas e documentos internos. Também consultamos arquivos da Comissão da Verdade e jornais daquela época, que ajudaram a montar o quebra-cabeça do que acontecia em nossa região entre as décadas de 1960 e 1980. A análise foi feita de um jeito crítico, cruzando dados pra checar a consistência e enxergar tanto as histórias que estavam em alta quanto as que ficaram no silêncio.

Para finalizar, olhamos criticamente para os dados que coletamos, sempre considerando o contexto histórico da ditadura, a mistura entre religião e política e o papel de Dom Waldyr como um elo entre a Igreja e os movimentos sociais. Essa metodologia permitiu uma reconstrução sólida da trajetória do bispo, destacando o seu compromisso com os direitos humanos e a justiça social.

## 8. RESULTADOS

Os resultados deste estudo permitiram a reconstrução histórica da atuação de Dom Waldyr Calheiros de Novaes na defesa dos direitos humanos, especialmente no contexto de Volta Redonda durante a ditadura militar. A partir da análise de documentos, registros pastorais e fontes jornalísticas, foi possível recuperar e preservar a memória de ações significativas que marcaram sua trajetória e que fizeram a diferença em um período político extremamente conturbado.

## REFERÊNCIAS

- BEDÊ Waldyr Amaral. **Volta Redonda na Era Vargas (1941-1964)**. Volta Redonda: Smc; Pmvr, 2004.
- BORBA, Hugo Leonardo Pereira; Silva, Luís Henrique de Castro. **Waldyr Calheiros, Dom e Profecia: Entre o Báculo, Estrelas, o Aço e a Botina**. São Paulo: Polobooks, 2020.
- COMISSÃO MUNICIPAL DA VERDADE D. WALDYR CALHEIROS – VOLTA REDONDA. RELATÓRIO FINAL (2013-2015)**. Disponível Em: <https://www.gov.br/memoriasreveladas/pt-Br/assuntos/comissoes-da-verdade/municipais/cmvtvltaredonda>
- COSTA, Célia Maria Leite. PANDOLFI, Dulce Chaves, Serbin, Kenneth (orgs). **O Bispo de Volta Redonda: Memórias de Dom Waldyr Calheiros**. Rio de Janeiro: Editora Fgv, 2001.
- COUTO, Anderson. **Volta Redonda à Sombra da Usina: Uma Cidade Criada Em Função de Uma Empresa Estatal – 1941/1993**. Orientador: Dr. Flávio Limoncic. 2016. 48 F. Monografia (graduação) - Licenciatura Em História - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Piraí, 2016.
- COUTO, Ronaldo Costa. **História Indiscreta da Ditadura e da Abertura; Brasil 1964 - 1985**. Rio de Janeiro: Record, 1998.
- FARIA, Ludiene Fátima. **Fé e Luta: o Bispo Dom Waldyr Calheiros e a Ditadura Militar na Cidade do Aço**. Orientador: Paulo Célio Soares. 2008. 71 F. Monografia (graduação) - Licenciatura Em História, Centro Universitário Geraldo Di Biase, Volta Redonda, 2008.
- FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Edusp, 2001.
- MACHADO, Vitor Barliletta, **Historiografia da Mídia**, Rio de Janeiro, Foa, 2014.
- MANGEA, Luiz. **Resistência e Compaixão: o Catolicismo Social de Dom Waldyr Calheiros de Novaes**. São Paulo: Paco Editorial, 2017.
- OLIVEIRA, Camila Ferreira Pureza De. **A Política Externa do Governo Vargas Durante o Estado Novo e a Construção da Companhia Siderúrgica Nacional**. História e Cultura, Franca, V. 4, Ed. 1, P. 5-21, Mar 2015.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS, 1948**. Disponível Em: <<https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>>. Acesso Em: 28 Jun. 2024.
- SCHARTZ, Lilia Moritz; Starling, Heloisa Murgel. **Brasil: Uma Biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015
- SOARES Paulo Célio. **Encontros e Confrontos na Frágua: Igreja, Esquerdas e Militares Em Volta Redonda (1967-1979)**. Seropédica: Tese de Doutorado, 2019.

## Fontes Primárias Consultadas

Arquivos da Diocese de Barra do Piraí-Volta Redonda